

O Brasil e as relações internacionais no pós-Guerra Fria

Paulo Roberto de Almeida *

Doutor em Ciências Sociais, Mestre em Planejamento Econômico,
Diplomata de carreira; Professor de Economia Política Internacional
no Mestrado em Direito do Centro Universitário de Brasília (Uniceub).

(www.pralmeida.org; pralmeida@mac.com)

In: Nilzo Ivo Ladwig e Rogério Santos da Costa (orgs.),
Vinte anos após a queda do muro de Berlim: um debate interdisciplinar
(Palhoça-SC: Editora da Unisul, 2009).

Sumário:

1. Brevíssima síntese sobre a Guerra Fria
 2. O pós-Guerra Fria: traços gerais do sistema internacional
 3. O que o fim da Guerra Fria representou para o Brasil?
 4. O que o fim da Guerra Fria poderia ter representado para o Brasil?
 5. O que, de fato, mudou na diplomacia brasileira no período recente?
 6. Conclusões: o ativismo diplomático brasileiro numa conjuntura de transição
- Referências bibliográficas

Resumo: Análise política e histórico-conceitual dos principais desenvolvimentos das relações internacionais desde o final da Guerra Fria, com ênfase nas posições do Brasil e o posicionamento de sua diplomacia no contexto da agenda política e econômica mundial do período recente. Depois de uma apresentação sumária sobre a era da Guerra Fria e as transformações ocorridas no sistema internacional desde o seu término, apresentam-se os efeitos da nova conjuntura, ainda de transição, sobre o Brasil, bem mais impactado pelas conseqüências econômicas – retomada do processo de globalização – do que por eventuais mudanças no plano estratégico-militar. São discutidas as características principais da diplomacia brasileira na atualidade, destacando-se as mudanças em relação ao governo anterior.

Palavras-chave: Relações internacionais. Pós-Guerra Fria. Diplomacia brasileira.

Abstract: Political and historical and conceptual analysis of the main developments in international relations since the end of the Cold War, stressing the role of Brazil and the postures of its diplomacy in the context of the political and economic agenda of recent times. After a brief presentation about the Cold War era and the changes occurred in the international since its demise, the essay deals with the effects of the new juncture, still in transition, over Brazil: main impacts have been felt much more by its economic consequences – the resumption of the globalization process – than by the side of eventful changes in the strategic and military context. Some important characteristics of the current Brazilian diplomacy are discussed, emphasizing significant changes over the precedent administration.

Key-words: International relations. Post-Cold War. Brazilian diplomacy.

* Nenhuma das opiniões e nenhum dos argumentos contidos no presente trabalho podem ser interpretados como representando posições ou políticas das entidades às quais se encontra vinculado o autor.

As relações internacionais e a inserção do Brasil no pós-Guerra Fria

Paulo Roberto de Almeida

1. Brevíssima síntese sobre a Guerra Fria

A Guerra Fria constituiu o elemento definidor por excelência das relações internacionais durante grande parte da segunda metade do século 20. Ela se estendeu, grosso modo, desde 1946, quando fracassou a conferência de Paris que deveria aplicar as decisões de Ialta e Potsdam relativas à reorganização democrática da Europa, até o ano de 1991, quando finalmente se desfez, por auto-implosão, o regime socialista, no seguimento de alguns anos de relativa abertura política (a chamada *glasnost*) e de tentativas de reforma do sistema econômico esclerosado (a *perestroika*), iniciadas por Mikhail Gorbachov desde que ele assumiu a liderança do PCUS em 1985.¹ O ato final foi dado pela dissolução oficial da União Soviética, pela qual o novo regime russo, liderado por Boris Ieltsin, declarou a rejeição de setenta anos de comunismo.²

O processo de transição da Guerra Fria para um regime (quase) normal de interdependência econômica entre a Rússia e os países ocidentais demoraria ainda alguns anos. Primeiro, passou pela admissão política da Rússia no G7 e nas instituições de Bretton Woods, na primeira metade dos anos 1990; depois, pelo seu reconhecimento, pelo G7, como uma ‘economia de mercado’, o que foi obtido na reunião de cúpula de Kananaskis, em 2002.³ Estes são, cronologicamente, os marcos históricos extremos da Guerra Fria, muito embora ela tenha conhecido etapas distintas

¹ Sobre as origens da Guerra Fria, ver Daniel Yergin, *The Shattered Peace: The Origins of the Cold War and the National Security State* (Boston: Houghton Mifflin, 1978; edição revista: Nova York, Penguin Books, 1990). Para a sua fase final, ver Paulo Roberto de Almeida, “Neo-détente & Perestroika: Agendas para o Futuro”, *Política e Estratégia* (vol. 6, n. 1, janeiro-março 1988, p. 67-74), e “A Parábola do Comunismo no Século XX: A propósito do livro de François Furet: *Le Passé d’une Illusion*”, *Revista Brasileira de Política Internacional* (vol. 38, n. 1, janeiro-junho 1995, p. 125-145). Para uma análise sobre o conjunto de transformações geopolíticas pós-Guerra Fria, ver o amplo estudo de Thierry Garcin, *Les Grandes Questions Internationales depuis la Chute du Mur de Berlin* (2a. ed.; Paris: Economica, 2009).

² Cf. Paulo Roberto de Almeida, “As duas últimas décadas do século XX: fim do socialismo e retomada da globalização”. In: José Flávio Sombra Saraiva, *Relações internacionais: dois séculos de história*, vol. II: *Entre a ordem bipolar e o policentrismo (1947 a nossos dias)* (Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, IBRI; Fundação Alexandre de Gusmão, FUNAG; Coleção Relações Internacionais, 2001, vol. II, pp. 91-174).

³ Remeto a meus artigos “De Bretton Woods a Bretton Woods: a longa marcha da URSS de volta ao FMI”, *Revista Brasileira de Política Internacional* (ano 34, ns. 135-136, 1991/2, p. 99-109); “Camaradas, agora é oficial: acabou o socialismo”, *Espaço Acadêmico* (ano 2, n. 14, julho de 2002; link: <http://www.espacoacademico.com.br/014/14pra.htm>).

ao longo de seu desenvolvimento político-estratégico, cada qual com seu grau de acirramento na oposição fundamental entre, de um lado, os países capitalistas (e formalmente democráticos) do chamado Ocidente e, de outro, os países socialistas, concentrados em uma imensa faixa territorial da Eurásia.⁴

Algumas dessas etapas foram caracterizadas pela exacerbação dos conflitos entre os principais contendores: os Estados Unidos, na liderança do Ocidente, e a União Soviética, comandando o que seria o bloco dos países socialistas, alegadamente destinados a superar o capitalismo, segundo velhas concepções doutrinárias marxistas, que de fato nunca foram testadas na prática. Um desses episódios de ‘subida aos extremos’ foi, reconhecidamente, o enfrentamento diplomático e quase militar em torno dos mísseis soviéticos instalados em Cuba, em 1962, quando as duas superpotências chegaram a acionar seus dispositivos nucleares em caso de confrontação global. Outras etapas conheceram o que se convencionou chamar de *détente*, ou coexistência pacífica, caracterizada por negociações bilaterais ou multilaterais de redução de armamentos estratégicos e de contenção de armas nucleares, a exemplo do Tratado de Não Proliferação Nuclear (1968) ou dos acordos de limitação de mísseis balísticos dos anos 1970.⁵

Caberia também registrar o rompimento da unidade relativa do campo socialista, a partir dos conflitos político-ideológicos entre a União Soviética e a República Popular da China, entre 1958 e 1962, o que redundou num cenário mais complexo e difuso de relações entre os grandes centros de poder do que o maniqueísmo anterior poderia admitir. Na verdade, o campo socialista nunca foi perfeitamente unificado. Mas os países da Europa central que permaneceram sob

⁴ O processo de transição política da antiga União Soviética, sob regime comunista, para uma Rússia formalmente democrática – mas ainda conservando traços da velha autocracia típica dos períodos czarista e comunista, o que leva alguns analistas a classificar a Rússia como uma ‘democracia de fachada’, como o fez Max Weber, em 1918, a respeito da situação transitória resultante da revolução de fevereiro – não será examinado neste ensaio. Embora essas características também tenham importância para as posturas internacionais da nova Rússia, um exame das peculiaridades – e sobretudo limitações – da democracia no país exigiria uma extensão bem maior do que a contemplada no presente ensaio, razão pela qual apenas os aspectos relativos às relações internacionais pós-Guerra Fria serão aqui considerados.

⁵ Cf. Paulo Roberto de Almeida, “Retorno ao Futuro: A Ordem Internacional no Horizonte 2000”, *Revista Brasileira de Política Internacional* (ano 31, n. 123-124, 1988/2, p. 63-75); “Retorno ao Futuro, Parte II”, *Revista Brasileira de Política Internacional* (ano 33, n. 131-132, 1990/2, pp. 57-60); “Retorno ao Futuro, Parte III: Agonia e Queda do Socialismo Real”, *Revista Brasileira de Política Internacional* (ano 35, n. 137-138, 1992/1, p. 51-71).

estrita dominação soviética correspondem aos mesmos que foram ocupados pelo Exército Vermelho no final da Segunda Guerra Mundial.

As relações internacionais, em todo caso, sempre foram mais complexas e multifacetadas do que se poderia supor a partir de uma visão exclusivamente dicotômica daquilo que já foi chamado de ‘Terceira Guerra Mundial’, ou seja, o impasse inconciliável, ainda que não levado ao abismo nuclear, entre os Estados Unidos e a União Soviética. Caberia igualmente recordar que, na sua etapa de maior expansão territorial e demográfica, os países socialistas, presumidamente empenhados em enterrar o capitalismo e as democracias ‘burguesas’, cobriam boa parte da superfície da Terra e de sua população, compreendendo não apenas as ‘democracias populares’ do Leste Europeu e da China, mas outros países formalmente identificados como em desenvolvimento, na periferia capitalista.⁶

À exceção da crise dos mísseis soviéticos em Cuba, o Brasil e os países da América Latina, em geral, não tiveram maior envolvimento nos grandes lances estratégicos da Guerra Fria; estes se concentraram no coração da Europa, em especial na Alemanha dividida, e em partes da Ásia, aliás, a única região a conhecer a ‘guerra quente’, com os conflitos da Coreia (1950-53, mas até agora ainda não pacificada) e do Vietnã (1965-1975, no período de envolvimento americano). A América Latina quase inteira – com a exceção cubana – esteve sujeita ao que se convencionou chamar de hegemonia americana, embora o seu caráter fosse diversificado, em função dos interesses econômicos, políticos ou estratégicos em jogo em cada sub-região.⁷

O Caribe e a América Central, de toda forma, já tinham sido colocados sob o domínio americano desde o início do século 20, sendo que os demais países tinham mais importância como fornecedores de matérias primas, como receptores dos investimentos diretos de empresas americanas e, adicionalmente, como mercados consumidores. A dimensão estratégica estava mais restrita à primeira região, o que não impediu a conclusão de um acordo de segurança coletiva – o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (1947), base conceitual do tratado de

⁶ Ver Paulo Roberto de Almeida, *Os primeiros anos do século XXI: o Brasil e as relações internacionais contemporâneas* (São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002); *O Estudo das Relações internacionais do Brasil: um diálogo entre a diplomacia e a academia* (Brasília: LGE Editora, 2006).

⁷ Ver José Flávio Sombra Saraiva (org.), *Relações internacionais: dois séculos de história*, vol. II: *Entre a ordem bipolar e o policentrismo (1947 a nossos dias)* (Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, IBRI; Fundação Alexandre de Gusmão, FUNAG; Coleção Relações Internacionais, 2001).

Washington (1949), que criou a OTAN – e a participação americana em diferentes episódios de crises políticas que poderiam significar o descolamento de alguns países do círculo de influência dos EUA, como, entre outros, na Guatemala (1954), no próprio Brasil (1964) e no Chile (1973).

2. O pós-Guerra Fria: traços gerais do sistema internacional

O que ocorreu na sequência da queda do muro de Berlim, em novembro de 1989, da implosão da maior parte dos regimes socialistas, entre essa data e 1991, e do próprio desaparecimento da União Soviética e unificação das duas Alemanhas, no mesmo intervalo, não foi tanto um ‘fim da História’, como pretendido por alguns, mas mais precisamente um “fim da Geografia”, esta representada pelo declínio irremediável do socialismo enquanto alternativa ao modo capitalista de produção. A tese do ‘fim da História’, por sinal, não foi pensada exatamente em sua forma literal por Francis Fukuyama, que foi quem primeiro lançou a hipótese sob a forma de uma discussão conceitual, aliás, dotada do devido ponto de interrogação; quem a divulgou, de forma totalmente equivocada, foram seus críticos apressados, que obviamente recusam o argumento, mas incidiram na armadilha filosófica, que era propriamente marxista. Fukuyama não ‘decretou’ o fim da História; ele apenas questionou se o mundo não teria chegado ao esgotamento das alternativas às democracias de mercado, no que ele aparentemente tem razão, mas apenas no muito longo prazo, cabe sublinhar. Este é o destino inescapável das ditaduras ainda existentes – por mais que seus corruptos dirigentes ainda resistam aos avanços democráticos da sociedade civil – porque este é, como diria Marx, o ‘sentido da História’.⁸

O ‘fim da Geografia’, em todo caso, teve consequências mais impactantes do que seu pretenso equivalente histórico. Com efeito, enquanto, o socialismo se manteve presente como força política e militar, representado por duas grandes potências nucleares e certo número de outros países, mais ou menos arrastados para esse sistema de forma involuntária, o mundo esteve dividido e compartimentado entre dois sistemas de produção e de distribuição em grande medida incompatíveis entre si. Isso impedia a unificação planetária do mundo sob o mesmo regime produtivo, o do capitalismo ‘natural’, digamos assim, algo antevisto e desejado por Karl Marx e

⁸ Cf. Paulo Roberto de Almeida, “A globalização e seus benefícios: um contraponto ao pessimismo” in Wagner Menezes (org.), *O Direito Internacional e o Direito Brasileiro: homenagem a José Francisco Rezek* (Ijuí: Editora Unijuí, 2004), p. 272-284.

Friedrich Engels no *Manifesto* de 1848. De fato, este panfleto revolucionário constitui, antes de tudo, um hino em louvor da globalização capitalista.⁹

Acontece que o socialismo era medíocre economicamente: ele tinha certa presença no mercado de matérias primas, mas era pouco competitivo na indústria manufatureira e totalmente irrelevante nas áreas financeira e tecnológica. Sua componente mais importante seria a mão-de-obra, mas esta estava completamente isolada da divisão internacional do trabalho por enormes ‘muralhas da China’ e ‘cortinas de ferro’, por força do sistema de escravidão oficializada que vigorava naquele regime. Quando esses regimes vieram a termo, por implosão ou autoesclerose econômica, o aporte para a economia mundial, em termos de PIB ou de fluxos de bens comercializáveis, não foi muito relevante e praticamente nulo na parte financeira e tecnológica. Na vertente mão-de-obra, contudo, o efeito da incorporação desse enorme exército industrial de reserva ao mercado mundial foi decisivo na retomada da globalização capitalista, interrompida setenta anos antes.

O fim da Geografia também significou, a partir da implosão do socialismo pela queda do muro do Berlim, a derrubada de uma outra barreira, simbolicamente identificada com o começo da Guerra Fria: a famosa ‘cortina de ferro’ que dividia a Europa de Stettin a Trieste, de acordo com a famosa imagem criada por Winston Churchill, no seu discurso de Fulton, no Missouri. Derrubada a nova muralha da China que dividia o continente, a Europa realizou, nos vinte anos seguintes, seu movimento de unificação econômica e política, por meio da União Européia e da OTAN, com uma pequena ajuda da OSCE. O processo ainda não está completo, mas as fronteiras foram em grande medida contornadas, ou superadas, segundo o caso: a integração de mercados e a gradual aproximação dos modelos políticos tornará os conflitos militares, senão uma impossibilidade teórica, pelo menos uma ocorrência remota. A periferia russa, contudo, ainda tem alguns obstáculos a vencer.

Em qualquer hipótese, portanto, o pós-Guerra Fria representou, acima de tudo, a terceira ou quarta onda da globalização planetária, alterando de maneira decisiva o

⁹ Marx, talvez para desespero de seus muitos órfãos da atualidade e dos antiglobalizadores ingênuos que protestam contra esse fenômeno, foi essencialmente um globalizador capitalista, considerando que o acabamento desse processo apressaria a vinda milenarista do socialismo; para uma adaptação do Manifesto aos tempos modernos, ver Paulo Roberto de Almeida, *Velhos e novos manifestos: o socialismo na era da globalização* (São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 1999); para os desenvolvimentos econômicos do processo, Almeida, “Dinâmicas da economia no século XX”. In: Silva, Francisco Carlos Teixeira da (org.). *O Século Sombrio: uma história geral do século XX* (Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2004), p. 47-70.

equilíbrio econômico no mundo, muito mais do que o equilíbrio geopolítico ou militar, que aliás foi relativamente reconcentrado em favor dos EUA, tendo em vista o encolhimento da Rússia e sua notável diminuição estratégica: ela perdeu a sua capacidade de projetar poder que tinha tido até a invasão do Afeganistão, em 1979, e durante a fase de disputa estratégica com o Ocidente, pelo apoio que prestava a regimes ditos progressistas no Terceiro Mundo. Para todos os efeitos práticos, o sistema mundial virou temporariamente unipolar, com a presença indisputada e indisputável dos EUA em todos os cenários estratégicos concebíveis, mesmo para operações que seriam normalmente deixadas para os pacificadores da Europa, como, por exemplo, o conflito nos Balcãs ou guerras civis e massacres na África.¹⁰

De fato, os EUA emergem no período como um poder solitário por excelência: muito pela ausência de competidores à altura; pela auto-contenção europeia em gastos militares; pela diminuição notável da capacidade russa de aperfeiçoar seus equipamentos em face de orçamentos restritos durante os anos 1990; como também pela ausência chinesa em capacidade de projeção externa (porta-aviões ou forças aero-transportadas, por exemplo); um pouco pela própria disposição dos dirigentes americanos de continuar a modernização tecnológica dos seus arsenais; mas, sobretudo, pelo choque provocado pelos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 e o incremento extraordinário dos orçamentos militares em seu seguimento, sem deixar de mencionar a doutrina Bush e suas implicações guerreiras desde então, os EUA se distanciaram enormemente de qualquer outro competidor estratégico.

Como escreveu um analista, “[o] final da Guerra Fria evidenciou aos EUA a necessidade de repensar sua inserção internacional. Ganhou destaque o que Posen e Ross (2001) cunharam de Primazia, ou seja, a preponderância norte-americana no sistema internacional como ferramenta ideal para a manutenção da paz em todo o globo. O país não deveria almejar a mera posição de *primus inter pares*. Para sua própria segurança e para a segurança dos demais, os EUA deveriam assumir sua posição de *primus solus*.”¹¹ Na verdade, a concepção estratégica da primazia militar

¹⁰ Cf. Paulo Roberto de Almeida, “A ordem internacional assimétrica e a reforma da ONU: uma perspectiva histórica”, in Wagner Menezes (org.), *Estudos de Direito Internacional* (Curitiba: Editora Juruá, 2005, vol. V), p. 236-252.

¹¹ Cf. Aureo de Toledo Gomes, “O Impacto do 11 de Setembro na formulação da Política Externa Norte-Americana”, *Cena Internacional*, (vol. 10, n. 2, 2008, p. 55-71), p. 62. Os autores citados são: Barry Posen e Andrew Ross, “Competing Visions for U.S. Grand Strategy”, in Michael Brown et al. *America’s Strategic Choices* (Londres: The MIT Press, 2001). A nota a esta passagem informa que: “Sinteticamente, as demais estratégias eram o

dos EUA sobre qualquer outro competidor – amigo ou inimigo – data dos primeiros tempos da Guerra Fria, ainda no final dos anos 1940.

Em outros termos, até que a China, isoladamente, ou uma coalizão formada por esta última e, eventualmente, a Rússia, com alguns aliados ocasionais, decidam, hipoteticamente, contestar o poder solitário dos EUA, ou até que os próprios EUA não se decidam por algum outro tipo de arranjo cooperativo com seus tradicionais aliados da OTAN, é muito provável que o mundo tenha de conviver com a primazia militar americana pelo futuro previsível. Tendo em vista as concepções estratégicas ‘supremacistas’ dos EUA, independentemente do tipo de governança política alternadamente no poder – ou seja, uma orientação republicana supostamente mais unilateralista, ou uma administração democrata presumidamente mais aberta ao multilateralismo –, e levando em conta os instintos históricos predominantemente westfalianos, que são a marca registrada dos EUA desde sempre, seja por predisposição cultural, seja por disposições constitucionais, é mais provável, de fato, que os EUA se mantenham isoladamente na dianteira estratégica, no horizonte histórico à frente. Em todo caso, eles farão todo o possível para jamais serem ultrapassados por quaisquer outros adversários e, a menos de uma decadência econômica irresistível, tudo indica que conseguirão.¹²

3. O que o fim da Guerra Fria representou para o Brasil?

Considerando que o foco geográfico principal da Guerra Fria era a Europa central e partes da Ásia e que, no plano estratégico global, o que estava em causa era, essencialmente, uma competição pela hegemonia mundial entre as duas superpotências, por meio de vetores balísticos nuclearmente armados, era natural que o Brasil e grande parte da América Latina, irrelevantes nos dois terrenos, ficassem à margem de seus episódios mais importantes. Estes foram aqueles constituídos pela

neo-isolacionismo, que vaticinava um isolamento dos EUA; o Engajamento Seletivo, que salientava a importância da manutenção do equilíbrio de poder entre as grandes potências, ainda que estas não pudessem competir com o poderio norte-americano; e a Segurança Cooperativa, que destacava a importância da colaboração do país com organismos internacionais.”; *ibidem*, p. 68.

¹² Ver a esse respeito meus dois artigos seguintes: “O império americano em sete teses rápidas: uma hegemonia involuntária, envergonhada e não reconhecida”, *Via Política* (20.04.2008; link: http://www.viapolitica.com.br/diplomatizando_view.php?id_diplomatizando=65); “O império e sua segurança: quatorze novas teses sobre equilíbrio estratégico e auto-suficiência militar”, *Via Política* (27.04.2008; link: http://www.viapolitica.com.br/diplomatizando_view.php?id_diplomatizando=66).

crise de Berlim (1948), pela guerra da Coréia (1950-53), pela guerra do Vietnã (1965-1975) e por diversos episódios localizados no Oriente Médio, na África ou na Ásia-Pacífico, com a exceção já referida da crise dos mísseis soviéticos em Cuba (1962). Cuba permaneceu, aliás, o único ponto de contenção estratégica, pelo menos até 1991, num continente que se distinguia, sobretudo, pela pobreza disseminada, pelas desigualdades extremas, pela recorrente instabilidade política de muitos regimes e, principalmente, pela administração caótica das economias nacionais, regularmente marcadas por surtos inflacionários, por troca de moedas, por planos econômicos mirabolantes e inadimplências ocasionais nos pagamentos externos, bem mais, propriamente, do que pela disputa estratégica entre as duas grandes superpotências do período ou por conflitos entre os países (embora eles também tenham ocorrido).

O fim da Guerra Fria não representou, assim, nenhuma mudança fundamental para o Brasil, ou para a região, a não ser uma oportunidade para que sua diplomacia demandasse, de modo talvez idealista, que os ‘dividendos da paz’ fossem empregados para fins de desenvolvimento econômico e social dos países do Terceiro Mundo. Obviamente, nada mudou nesse plano e, se mudou, foi para pior, posto que na ausência de competição direta entre elas, as grandes potências e os países avançados, de modo geral, diminuíram seu ímpeto na cooperação ao desenvolvimento, ou mesmo na simples assistência humanitária, cujos volumes de recursos direcionados bilateralmente ou por meio de organismos multilaterais especializados diminuíram absoluta e relativamente ao longo das últimas décadas.

Ocorreu aquilo que alguns observadores chamaram de “fadiga dos doadores”, inclusive porque os resultados efetivos de décadas de ajuda a título de cooperação ao desenvolvimento foram pífios, para dizer o mínimo, ou mesmo negativos, ao colocar muitos países objeto dessa ajuda na dependência estrita do socorro externo, quando não houve desvio de recursos para os bolsos e as contas externas de responsáveis menos escrupulosos. No plano estratégico, como os países periféricos deixaram de ser, momentaneamente, terreno de disputa por posições-chaves no grande xadrez da Guerra Fria, eles não mais precisam ser cortejados, comprados ou de alguma forma sustentados por algum dos contendores em conflito ideológico: o grande jogo tático resumiu-se, novamente, a conquistas puramente econômicas ou comerciais.

Os efeitos do fim da Guerra Fria para o Brasil foram, em grande parte, indiretos e se situam quase todos no novo impulso dado à globalização econômica em

âmbito regional e mundial. Ou seja, a globalização ampliada pelo fim da Guerra Fria estimulou os esforços do Brasil em prol da integração regional e com vistas à inserção da economia brasileira nos grandes fluxos globais de comércio, de investimentos, de tecnologia e em outros circuitos relevantes da interdependência mundial. Essa inserção deve, contudo, ser vista pelos dois lados: ela tanto abriu o Brasil aos impulsos da competição mundial, abrindo novos mercados para os produtos nos quais o país apresenta vantagens naturais ou adquiridas segundo os padrões típicos da teoria ricardiana, como submeteu a economia brasileira aos desafios de novos competidores inseridos nos circuitos mundiais de comércio pela globalização, a começar pela China e outros asiáticos.¹³

Esse processo começou ainda antes do término ‘oficial’ da Guerra Fria, posto que deslanchado logo depois da aprovação da nova Constituição brasileira, em outubro de 1988, que também coincidiu, ainda que não oficialmente, com o início da campanha eleitoral presidencial, a primeira a ser livremente realizada desde 1960, depois de 21 anos de regime militar e de eleições indiretas para os principais cargos executivos. Os dois principais candidatos nas eleições de 1989, que disputaram o segundo turno do escrutínio, representavam, cada qual de seu lado, concepções opostas de política e de economia. Concorrendo pela primeira vez, Lula encarnava ainda as tradicionais propostas socialistas e estatizantes da velha esquerda (no seu caso da nova), as mesmas que estavam sendo enterradas nas ruínas do muro de Berlim; ao passo que um oportunista alegadamente modernizante, Collor de Mello, prometia retirar o Brasil da liderança dos países pobres para integrá-lo ao clube dos países ricos, mediante reformas profundas em sua estrutura econômica.

De fato, independentemente da fraude política que o segundo candidato representou, uma vez empossado – e antes de ser impedido dois anos depois – ele deu início ao único, ainda que inconsistente, processo de reforma radical que o Brasil conheceu em toda a sua história: reforma tarifária, redução do tamanho do Estado, abertura econômica e liberalização comercial, além da revisão completa da política nuclear herdada do regime anterior, começando pelo desmantelamento do seu vetor militar. Ainda que de maneira relutante, o vice-presidente empossado, Itamar Franco, não obstaculizou o programa de privatização iniciado por Collor. O presidente

¹³ Cf. Paulo Roberto de Almeida, “A inserção econômica internacional do Brasil em perspectiva histórica” in *Cadernos Adenauer: O Brasil no cenário internacional* (São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000, v. 2), p. 37-56.

Fernando Henrique Cardoso deu continuidade à reforma da Constituição, ao programa de desestatização e continuou o itinerário que levaria o Brasil à ratificação do Tratado de Não Proliferação Nuclear, recusado durante 30 anos. Collor de Mello foi, provavelmente, o presidente que terminou o equivalente da Guerra Fria no plano interno do Brasil, isto é, o *ancien régime* da velha economia estatizante e dirigista, assim como Cardoso foi o presidente que inseriu o Brasil na globalização.¹⁴

Ambos os presidentes também deram impulso ao processo de integração regional consubstanciado no Mercosul, primeiro em formato bilateral, com a Argentina, depois quadrilateral, incorporando o Uruguai e o Paraguai. Collor de Mello foi ousado o suficiente para modificar a própria metodologia da liberalização comercial herdada do período anterior. Até então, ela era conduzida pela via gradual e flexível dos protocolos setoriais de complementação econômica e de redução paulatina das tarifas alfandegárias; pelo Protocolo de Buenos Aires (julho de 1990), o prazo estabelecido no Tratado de integração Brasil-Argentina, de 1988, para a conformação de um mercado comum bilateral, foi reduzido à metade (com o prazo final trazido de 1998 a 1994), assim como a metodologia de liberalização foi automatizada, sem qualquer dispositivo setorial, passando as tarifas a serem reduzidas linearmente de 7% a cada semestre, até alcançar 100% de preferência (ou seja, tarifa zero) em 31 de dezembro de 1994. Foi essa aceleração da integração Brasil-Argentina que determinou, de fato, a passagem do processo bilateral para um esquema quadrilateral, resultando na assinatura, em março de 1991, do Tratado de Assunção, que pretendia criar até 1994 um mercado comum entre os dois grandes e os dois pequenos do cone sul – Paraguai e Uruguai –, com a preservação da mesma metodologia de liberalização automática e completa.¹⁵

Esses avanços na integração sub-regional respondiam, na verdade, a iniciativas já tomadas no hemisfério norte no sentido de complementar o processo de globalização com o aprofundamento da regionalização: o Ato Único Europeu de 1986 fixou o acabamento do mercado unificado para 1992, ao mesmo tempo em que os EUA e o Canadá negociavam um acordo de livre comércio (1988), depois estendido também ao México, sob a forma do Nafta, consolidado em 1994. Todos esses

¹⁴ Ver Paulo Roberto de Almeida, *Relações internacionais e política externa do Brasil: história e sociologia da diplomacia brasileira* (2ª ed.: revista, ampliada e atualizada; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004).

¹⁵ Ver Paulo Roberto de Almeida, *Mercosul: Fundamentos e Perspectivas* (São Paulo: LTr, 1998).

esforços se inserem no novo padrão de relações internacionais pós-Guerra Fria, combinando avanços da integração de mercados – globalização – e impulsos discriminatórios e minilateralistas, consubstanciados na regionalização.¹⁶

4. O que o fim da Guerra Fria poderia ter representado para o Brasil?

O fim da Guerra Fria representou, igualmente, a esclerose conceitual das divisões artificiais entre os grupos de países, embora a maior parte dos atores seja conservadora a ponto de preservar as velhas classificações onusianas, mesmo depois do desaparecimento do grupo socialista e a ascensão de alguns países em desenvolvimento ao grupo dos desenvolvidos (como a Coreia do Sul e o México, mesmo que indevidamente neste último caso). No plano doméstico, porém, alguns grupos políticos ainda se vêm afetados de esclerose mental, ao persistirem nos mesmos modelos políticos e nas mesmas receitas econômicas ultrapassadas que levaram os países socialistas à bancarrota: essa é uma característica que afeta a vários outros movimentos políticos na região, dominados da mesma forma por concepções regressistas de organização econômica – como um estatismo arraigado – e uma débil adesão aos princípios democráticos.

O presidente Collor deu início ao processo de aproximação do Brasil à OCDE, que Fernando Henrique Cardoso teria continuado se o Brasil não se visse afetado pelas crises financeiras da segunda metade dos anos 1990. Tendo ingressado no Centro de Desenvolvimento da OCDE e no Comitê do Aço, o Brasil também foi aceito como observador em diversos comitês da OCDE, o que poderia ter preparado o caminho da adesão, se não existissem conhecidas reticências políticas a essa passagem do grupo dos países em desenvolvimento para uma inserção num agrupamento conhecido como um ‘clube de países ricos’.¹⁷

O Brasil foi várias vezes solicitado a encetar o mesmo caminho da transição de uma economia em desenvolvimento para uma já desenvolvida, como realizado pela Coreia, o que ele simplesmente recusou, mais por razões de natureza política do

¹⁶ Cf. Paulo Roberto de Almeida, “Acordos minilaterais de integração e de liberalização do comércio: uma ameaça potencial ao sistema multilateral de comércio”. In: Sidney Guerra (org.), *Globalização: desafios e implicações para o direito internacional contemporâneo* (Ijuí: Ed. Unijuí, 2006), p. 187-203.

¹⁷ Cf. Paulo Roberto de Almeida, “OCDE, UNCTAD e OMC: uma perspectiva comparada sobre a macroestrutura política das relações econômicas internacionais” in Paulo Borba Casella e Araminta de Azevedo Mercadante (coords.), *Guerra Comercial ou Integração Mundial pelo Comércio? a OMC e o Brasil* (São Paulo: Ltr Editores, 1998, p. 149-198).

que por algum impedimento de ordem econômica, já que é de fato, no plano industrial pelo menos, uma economia avançada para os padrões dos mercados capitalistas. Mas ele sempre recusou essa possibilidade, seja por conservadorismo diplomático, seja por indecisões do seu *establishment* econômico, que prefere a conveniência do tratamento preferencial e mais favorável para países em desenvolvimento do que o mundo da competição global das economias de mercado.¹⁸

Em outros termos, o fim da Guerra Fria poderia ter representado para o Brasil uma oportunidade para seu reposicionamento no cenário internacional num sentido inédito em relação a sua história econômica passada, que suas equipes dirigentes poderiam ter aproveitado. A transição do governo Fernando Henrique Cardoso para o governo Lula representou, contudo, em termos de posicionamentos externos, uma reversão a padrões anteriores de inserção internacional, bem mais ancorados no velho terceiro-mundismo e na chamada dimensão Sul-Sul, do que orientados para uma adesão paulatina ao universo conceitual da OCDE.

O pensamento político da política externa brasileira, no governo Lula, pode ser definido, por ordem aparente de relevância, como um híbrido conceitual entre: (a) posições e preferências políticas do Partido dos Trabalhadores; (b) preferências políticas pessoais dos atuais dirigentes da chancelaria (Ministro de Estado e Secretário Geral, com maior incidência “teórica” deste último, um dos raros diplomatas que escreve para um público mais vasto, com certa audiência nos círculos acadêmicos); (c) posturas e tradições diplomáticas estrito senso, embora temperadas, estas últimas, pelas novas concepções e prioridades políticas dos dirigentes políticos; vêm por último, mas são operacionalmente importantes.

Obviamente, os dois primeiros conjuntos são mais importantes no plano das definições políticas, do que o último, que tem um simples papel de assessoramento técnico ou de fundamentação operacional, atuando, portanto, mais no plano dos procedimentos do que no das grandes orientações a serem adotadas (ou já adotadas e em curso de implementação). Essas idéias e posições recuperam todo um estoque de políticas pertencentes ao arco desenvolvimentista e nacionalista, tradicional no pensamento brasileiro de meados do século XX, acrescentadas de várias – mas não todas – contribuições da chamada esquerda brasileira em matéria de relações

¹⁸ Cf. Paulo Roberto de Almeida, “O Fim do Desenvolvimento (agora só falta melhorar socialmente o Brasil)”, *Intellector* (vol. 1, n. 2, janeiro-junho 2005; link: <http://www.4shared.com/file/6388387/6f93ba6f/pauloralmeida.html>).

internacionais. Essas contribuições têm como base o socialismo, embora temperado pelas experiências de derrota e fracasso nas várias tentativas ao longo do século XX, o que obviamente diminuiu o ímpeto para reformas ou orientações econômicas declaradamente estatizantes ou dirigistas. Mas permaneceu o apelo e o apoio a regimes de esquerda, na região e fora dela, em primeiro lugar o de Cuba, assim como foram preservados alguns “instintos básicos” da esquerda do passado.

Esses “instintos básicos” podem ser resumidos assim: (a) anti-capitalismo (agora moderado); (b) rejeição do mundo da alta-finança e das multinacionais (o que não impede posturas pragmáticas, mais por necessidade, do que por convicção); (c) anti-imperialismo de velha inspiração leninista (mas carente de maiores reflexões sobre o que ele significa, na verdade, na atualidade); (d) antiamericanismo ingênuo (na medida em que os EUA estariam supostamente não apenas comprometidos com o apoio a regimes de direita, a ditaduras militares, o embargo a regimes socialistas e a preferência pelo capital, em lugar da classe trabalhadora, mas também pelo fato de os EUA se apresentarem como a maior potência capitalista do planeta, *ipso facto* oposta ao “campo socialista”, que ainda recebia um apoio do princípio dos partidos de esquerda, indiferentes ao totalitarismo); (e) estatismo exacerbado, que sempre ficou como uma marca registrada de movimentos supostamente de esquerda (e nisso não há qualquer recuo filosófico, apenas uma acomodação temporária ou oportunista).

5. O que, de fato, mudou na diplomacia brasileira no período recente?

No plano diplomático, essas preferências e orientações – que correspondem a uma ideologia difusa, não formalizada em grandes obras teóricas ou reflexões mais elaboradas no plano histórico ou conceitual, mas apenas em programas e declarações partidárias, de frágil consistência analítica – se traduzem numa série de posturas, algumas velhas, outras novas, que caracterizam e definem as preferências atuais da diplomacia brasileira: (a) terceiro-mundismo instintivo (posto que o Brasil é definido como país em desenvolvimento, e aparentemente condenado a sê-lo); (b) soberanismo retórico, em grande medida agitado para fins de imagem política; (c) nacionalismo superficial (mas que encontra eco nos meios militares e em setores de opinião identificados com velhas reações de introversão econômica); (d) desenvolvimentismo ingênuo do passado, pois que correspondendo a uma agenda típica do Brasil agrário, com tarefas industrializantes típicas do velho stalinismo em matéria econômica; (e) anti-hegemonismo infantil, pois que justificando algumas “alianças estratégicas” com

parceiros que não são exatamente modelos acabados de democracias ou de regimes comprometidos com uma gestão econômica de mercado; (f) ativismo em políticas setoriais, decorrente do instinto estatizante acima referido, o que se traduz em oposição de princípio a todo e qualquer avanço multilateral que implique regulação restritiva do ponto de vista das políticas públicas e setoriais, ou a regulação permissiva do ponto de vista das empresas e dos particulares em geral; (f) apoio a movimentos ditos progressistas, o que inclui governos, partidos, ONGs, com uma nítida prevalência de objetivos sociais ou políticos sobre metas econômicas ou comerciais, como revelado no caso dos organismos geneticamente modificados (OGMs), agricultura familiar, subsídios a programas sociais, mecanismos de correção de “assimetrias” etc.; (g) limitação da cooperação bilateral basicamente a países do Sul, ou cooperação com o Norte apenas nos temas de interesse do Sul.

No plano da diplomacia prática, essas posturas redundaram em diversas iniciativas, aliás, múltiplas, num ativismo que parece ter sido feita expressamente para superar a diplomacia presidencial anterior, criticada como parte da “herança maldita” de suposta submissão a interesses externos, falta de soberania e de não defesa dos interesses nacionais. Três grandes temas foram colocados explicitamente no topo das prioridades da agenda externa, tal como declarados no início de 2003: (a) reforço e expansão do Mercosul, servindo como base da criação de um espaço econômico integrado na América do Sul, a partir de esquemas de coordenação política, nos quais a liderança brasileira ficasse realçada naturalmente; (b) busca de uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU, vista como uma das grandes “aspirações nacionais” e objetivo maior da diplomacia multilateral do Brasil, em função da qual foi montada a operação Haiti; (c) conclusão da rodada multilateral de negociações comerciais e busca de acordos comerciais, eventualmente de livre comércio (mas limitados em escopo), no âmbito regional ou multilateral, com a rejeição concomitante de acordos intrusivos com as grandes potências comerciais (ou limitando-os a meros acordos de acesso a mercados). Não é preciso dizer que nenhum desses objetivos foi alcançado ao longo do período, nem todos por incapacidade própria da diplomacia brasileira, mas por dificuldades estruturais que podem ter sido ampliadas pelo irrealismo dos métodos e procedimentos, sem descuidar algum voluntarismo ideologicamente motivado.

Outras prioridades expressamente declaradas eram: (d) a dinamização e o estímulo à integração regional, com escassos resultados práticos, mas ainda assim

com diversas iniciativas políticas e sociais (à falta de resultados tangíveis no terreno econômico e comercial); (e) as alianças seletivas no contexto da diplomacia Sul-Sul, ditas estratégicas: IBAS, cúpulas inter-regionais com África e países árabes, mas também os Brics; (f) o protagonismo mundial, para reforçar as pretensões ao CS da ONU e para criar uma nova relação de forças no plano mundial; (g) a reforma das instituições econômicas internacionais, embora a agenda aqui seja pouco clara; (h) a preservação da agenda ambiental anterior, que de fato beneficia os maiores poluidores do mundo em desenvolvimento, e tentativa de transferência dos custos da mitigação brasileira para os países mais desenvolvidos e as agências internacionais; (i) as iniciativas de combate à fome e de redução da pobreza, com mobilização de apoios internacionais, duplicação de esforços já mantidos pelas agências multilaterais e definição de mecanismos inovadores de financiamento (mesmo em contradição com os interesses do Brasil, posto que tendentes, num primeiro momento a fórmulas equivalentes à da Tobin Tax ou taxação de transações específicas).

Com a possível exceção dos grandes temas da segurança internacional – ainda assim, com o ativo envolvimento do Brasil nas questões multilaterais da área nuclear e de armas de destruição em massa, de modo geral, bem como por ocasião da presença ocasional no CSNU –, a diplomacia do Brasil tem buscado o envolvimento e maior presença em foros abertos à sua participação. Provavelmente por orientação presidencial, o Brasil também buscou a liderança política em diversos órgãos do multilateralismo contemporâneo – BID, OMC, OMPI, OACI, UIT – ademais do já referido protagonismo regional, no âmbito do qual ele se ofereceu para “secretariar” a Casa, o foro de coordenação sul-americana que acabou sendo substituído pela Unasul.

Mesmo sem uma presença direta nas instâncias diretivas dessas instituições, o grau de envolvimento brasileiro aumentou e – por força da candidatura ao CSNU – as obrigações financeiras foram, pela primeira vez em muitos anos, regularizadas. Mais especificamente, ocorreu uma seleção de foros para a atuação prioritária da diplomacia brasileira, bem mais identificados com os chamados interesses do Sul, do que com os da “interdependência capitalista”. Foram, assim, revitalizados os laços com mecanismos regionais ou de países em desenvolvimento e, de certa forma, rechaçados aqueles que tinham a ver mais diretamente com o “universo capitalista”, como a OCDE.

Mais ativamente ainda, a diplomacia brasileira forjou foros próprios de atuação, a começar do IBAS, das parcerias estratégicas, das reuniões de cúpula com os países africanos e árabes, ademais de um intenso programa de viagens e visitas presidenciais em todas as latitudes e longitudes, mas, em especial, no Sul e com grande ênfase na África. No contexto regional, os esforços foram ainda duplicados, ainda que os aspectos comerciais e econômicos, de modo geral, da integração regional não tenham conhecido progressos notáveis (talvez até mesmo estagnação, quando não retrocesso). O Mercosul foi “oferecido” a novos parceiros regionais: Chile, Bolívia, Equador e, sobretudo, Venezuela, com uma perigosa diluição dos compromissos jurídicos e das regras pertinentes à união aduaneira. Foram especialmente valorizados novos aspectos da integração regional, como os “políticos” – com a constituição de um Parlamento do Mercosul, superdimensionado – e “sociais” – igualmente com comissões e grupos de trabalho envolvendo todo tipo de interlocutores nessa esfera.

O objetivo mais ambicioso, quiçá, foi a Casa, oportunamente substituída pela Unasul, num formato talvez não desejado inteiramente pelo Brasil, que teve de ceder espaços de administração e controle para outros parceiros (secretariado instalado em Quito, por exemplo). Também de iniciativa brasileira foi o Conselho de Defesa Sul-Americano, no âmbito da Unasul, instalado oficialmente por ocasião de reunião de cúpula deste organismo em dezembro de 2008. Na mesma ocasião foi concretizada outra iniciativa mais abrangente da diplomacia brasileira, a Cúpula da América Latina e do Caribe (Calc), de nítido sabor anti-hegemônico, como, aliás, expressamente reconhecido pelos organizadores brasileiros: estes se orgulharam de que, em quase 200 anos de história independente, era a primeira vez que se fazia uma reunião de cúpula sem a presença de “potências tutelares”.

A reforma dos organismos internacionais e, em especial, das instituições financeiras internacionais, já fazia parte do programa do PT desde praticamente a sua origem, não sendo de se estranhar que o tema reaparecesse de maneira mais enfática na presente fase da diplomacia brasileira. Além da demanda, porém, não existe uma visão muito clara sobre como devem ser feitas essas reformas, a não ser pelo desejo genérico de que a presença e a capacidade decisória dos países em desenvolvimento, em especial a do Brasil, sejam reforçadas. Tendo em vista que o processo é necessariamente lento, a despeito dos esforços conduzidos, havendo a consciência de que dificilmente se conseguirá romper o monopólio das grandes potências nessas instâncias, a diplomacia do Brasil tem-se voltado para a constituição de instâncias

paralelas, ou informais, que possam lhe trazer presença internacional, sem ter de passar pelos mecanismos de controle dos países mais ricos.

Em consequência, o formato dos grupos tem sido realçado e privilegiado, desde o G3 (IBAS), até o tradicional G77, passando pelo G4 (reforma do CSNU, com os outros três candidatos assumidos), pelo G20 comercial (que o Brasil liderou desde o início), pelo G20 financeiro (que assumiu maior importância com a crise financeira), pela eventual transformação do G8 em G13 (com a incorporação do chamado *Outreach-5*: Brasil, China, Índia, África do Sul e México) e por uma miríade de outros grupos mais ou menos informais. Alguns são discretamente abandonados – como o foro iberoamericano, em função, justamente, da presença das ex-metrópoles coloniais – enquanto outros são revitalizados e reforçados, como o Grupo do Rio – que estava praticamente desativado, mas que foi “renascido” para acolher Cuba numa instância de diálogo latino-americana (já que seria difícil incorporá-la diretamente ao Mercosul; seu ingresso nesse grupo, aliás, foi apresentado como um grande feito). Cuba foi objeto da atenção generosa de quase todos os latino-americanos, pressurosos em anular sua expulsão da OEA (ocorrida em 1962), mas menos engajados, entretanto, em exigir-lhe o cumprimento das cláusulas democráticas estabelecidas pela mesma OEA no período pós-Guerra Fria.

De forma geral, todos esses grupos e instâncias de coordenação e de atuação em determinados foros – ONU, OMC, agências especializadas – visam a potencializar a ação da diplomacia brasileira, embora os fins explícitos e proclamados sejam o reforço da solidariedade dos países em desenvolvimento para os objetivos tradicionais desses países: comércio, cooperação, transferência de tecnologia, reforma das instituições, etc. Esse ativismo brasileiro, por vezes, pode criar focos de fricção ou de resistência por parte de alguns parceiros, que se sentem melindrados com a desenvoltura diplomática do Brasil, ou até com o que eles possam classificar como oportunismo e protagonismo excessivos. Tal ocorreu, por exemplo, com o impulso para o exercício de uma liderança regional brasileira, mal recebida em vários países da região sul-americana.

Os objetivos brasileiros em cada uma das várias iniciativas diplomáticas podem ser específicos aos foros e temas envolvidos na agenda de cada uma dessas instâncias. Mas o objetivo geral parece ser um só, e é de natureza essencialmente política: realçar a presença do Brasil, provavelmente a do próprio presidente, no plano internacional, como parte de um projeto de colocar o Brasil no círculo restrito das

grandes potências mundiais (senão no terreno militar ou econômico, pelo menos nos planos político e diplomático). Em torno desse projeto foram mobilizados grandes recursos materiais e humanos e é em função dele que é construída a agenda de viagens presidenciais. Os temas envolvidos em cada uma dessas iniciativas recebem um tratamento superficial no campo diplomático – posto que várias iniciativas carecem de estudos aprofundados para o seu adequado embasamento técnico, já que podem, inclusive, representar perdas econômicas para o Brasil – mas são sistematicamente apresentados como consistentes com o interesse nacional brasileiro. O problema da integração energética na América do Sul e a questão mais geral da cooperação Sul-Sul representam dois exemplos de investimentos políticos carentes de análise mais profundas no plano técnico.

6. Conclusões: o ativismo diplomático brasileiro numa conjuntura de transição

O governo dispõe, obviamente, de grandes recursos publicitários e pode contar, em parte, com o desconhecimento ou alheamento do grande público – para nada dizer dos próprios jornalistas – em relação aos itens da agenda externa, dado que é notório o fato de o Brasil carecer de centros de pesquisa e de especialistas em temas internacionais. O governo conta, assim, com grande latitude de ação, mas também com o respeito que a diplomacia profissional do Itamaraty granjeou ao longo do tempo. Mais importante, talvez, para seus objetivos imediatos e de propaganda: ele conta com um grande capital de simpatia adquirida ou já ganha por antecipação, de muitos atores sociais, seduzidos pelo aparente progressismo de sua política externa, que atua como uma espécie de compensação prática para os aspectos mais conservadores de sua política econômica.

Existem poucas avaliações independentes e poucos estudos fiáveis, inclusive envolvendo o lado do custo-benefício, da maior parte das iniciativas diplomáticas do governo. Alguns jornalistas bem informados, sobretudo na área econômica, exibem algum espírito crítico, mas são raros. Apenas o jornal *O Estado de São Paulo* tem exercido sua visão crítica sobre a diplomacia brasileira, acompanhado de maneira muito tênue pela *Folha de São Paulo* e *O Globo*. Não há perspectiva de que esse panorama pouco crítico – inclusive de escassa reflexão mais aprofundada – venha a mudar no horizonte previsível, o que permite supor a continuidade incontestada das grandes linhas da atual diplomacia brasileira.

Independentemente, porém, das ações governamentais, parece claro que o Brasil tem emergido como grande ator regional e, quiçá, internacional, em função da dimensão própria de sua economia, da estabilidade macroeconômica alcançada desde o Plano Real e a partir do regime de metas de inflação e de flutuação cambial, da decorrente capacidade de atrair capitais de risco e da sua posição naturalmente protagônica no quadro da América do Sul, como maior mercado regional. No plano mundial, o Brasil tem de fato ocupado maiores espaços em função do ativismo de sua diplomacia. Cabe apenas saber se esses esforços vêm sendo direcionados para os temas e objetivos mais adequados aos interesses permanentes do Brasil.

Referências bibliográficas:

- Almeida, Paulo Roberto de. *O Estudo das Relações internacionais do Brasil: um diálogo entre a diplomacia e a academia* (Brasília: LGE Editora, 2006).
- _____. *Relações internacionais e política externa do Brasil: história e sociologia da diplomacia brasileira* (2ª ed.: revista, ampliada e atualizada; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004).
- _____. *Os primeiros anos do século XXI: o Brasil e as relações internacionais contemporâneas* (São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002).
- _____. *Velhos e novos manifestos: o socialismo na era da globalização* (São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 1999).
- _____. *Mercosul: Fundamentos e Perspectivas* (São Paulo: LTr, 1998).
- _____. “O império americano em sete teses rápidas: uma hegemonia involuntária, envergonhada e não reconhecida”, *Via Política* (20.04.2008; link: http://www.viapolitica.com.br/diplomatizando_view.php?id_diplomatizando=65);
- _____. “O império e sua segurança: quatorze novas teses sobre equilíbrio estratégico e auto-suficiência militar”, *Via Política* (27.04.2008; link: http://www.viapolitica.com.br/diplomatizando_view.php?id_diplomatizando=66).
- _____. “Acordos minilaterais de integração e de liberalização do comércio: uma ameaça potencial ao sistema multilateral de comércio”. In: Sidney Guerra (org.), *Globalização: desafios e implicações para o direito internacional contemporâneo* (Ijuí: Ed. Unijuí, 2006), p. 187-203.
- _____. “O Fim do Desenvolvimento (agora só falta melhorar socialmente o Brasil)”, *Intellector* (vol. 1, n. 2, janeiro-junho 2005; link: <http://www.4shared.com/file/6388387/6f93ba6f/pauloralmeida.html>).
- _____. “A ordem internacional assimétrica e a reforma da ONU: uma perspectiva histórica”, in Wagner Menezes (org.), *Estudos de Direito Internacional* (Curitiba: Editora Juruá, 2005, vol. V), p. 236-252.
- _____. “A globalização e seus benefícios: um contraponto ao pessimismo” in Wagner Menezes (org.), *O Direito Internacional e o Direito Brasileiro: homenagem a José Francisco Rezek* (Ijuí: Editora Unijuí, 2004), p. 272-284.
- _____. “Dinâmicas da economia no século XX”. In: Silva, Francisco Carlos Teixeira da (org.). *O Século Sombrio: uma história geral do século XX* (Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2004), p. 47-70.

- _____. “Camaradas, agora é oficial: acabou o socialismo”, *Espaço Acadêmico* (ano 2, n. 14, julho de 2002; link: <http://www.espacoacademico.com.br/014/14pra.htm>).
- _____. “As duas últimas décadas do século XX: fim do socialismo e retomada da globalização”. In: José Flávio Sombra Saraiva, *Relações internacionais: dois séculos de história*, vol. II: *Entre a ordem bipolar e o policentrismo (1947 a nossos dias)* (Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, IBRI; Fundação Alexandre de Gusmão, FUNAG; Coleção Relações Internacionais, 2001, vol. II, pp. 91-174).
- _____. “A inserção econômica internacional do Brasil em perspectiva histórica” in *Cadernos Adenauer: O Brasil no cenário internacional* (São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000, v. 2), p. 37-56.
- _____. “OCDE, UNCTAD e OMC: uma perspectiva comparada sobre a macroestrutura política das relações econômicas internacionais” in Paulo Borba Casella e Araminta de Azevedo Mercadante (coords.), *Guerra Comercial ou Integração Mundial pelo Comércio? a OMC e o Brasil* (São Paulo: Ltr Editores, 1998, p. 149-198).
- _____. “A Parábola do Comunismo no Século XX: A propósito do livro de François Furet: *Le Passé d’une Illusion*”, *Revista Brasileira de Política Internacional* (vol. 38, n. 1, janeiro-junho 1995, p. 125-145).
- _____. “Retorno ao Futuro, Parte III: Agonia e Queda do Socialismo Real”, *Revista Brasileira de Política Internacional* (ano 35, n. 137-138, 1992/1, p. 51-71).
- _____. “De Bretton Woods a Bretton Woods: a longa marcha da URSS de volta ao FMI”, *Revista Brasileira de Política Internacional* (ano 34, ns. 135-136, 1991/2, p. 99-109).
- _____. “Retorno ao Futuro, Parte II”, *Revista Brasileira de Política Internacional* (ano 33, n. 131-132, 1990/2, pp. 57-60);
- _____. “Retorno ao Futuro: A Ordem Internacional no Horizonte 2000”, *Revista Brasileira de Política Internacional* (ano 31, n. 123-124, 1988/2, p. 63-75).
- _____. “Neo-détente & Perestroika: Agendas para o Futuro”, *Política e Estratégia* (vol. 6, n. 1, janeiro-março 1988, p. 67-74).
- Garcin, Thierry. *Les Grandes Questions Internationales depuis la Chute du Mur de Berlin* (2a. ed.; Paris: Economica, 2009).
- Gomes, Aureo de Toledo. “O Impacto do 11 de Setembro na formulação da Política Externa Norte-Americana”, *Cena Internacional*, (vol. 10, n. 2, 2008, p. 55-71).
- Saraiva, José Flávio Sombra (org.). *Relações internacionais: dois séculos de história*, vol. II: *Entre a ordem bipolar e o policentrismo (1947 a nossos dias)* (Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, IBRI; Fundação Alexandre de Gusmão, FUNAG; Coleção Relações Internacionais, 2001).
- Yergin, Daniel. *The Shattered Peace: The Origins of the Cold War and the National Security State* (Boston: Houghton Mifflin, 1978; edição revista: Nova York, Penguin Books, 1990).

Paulo Roberto de Almeida
Brasília, 21 junho 2009;
Revisto: 5 setembro 2009.